

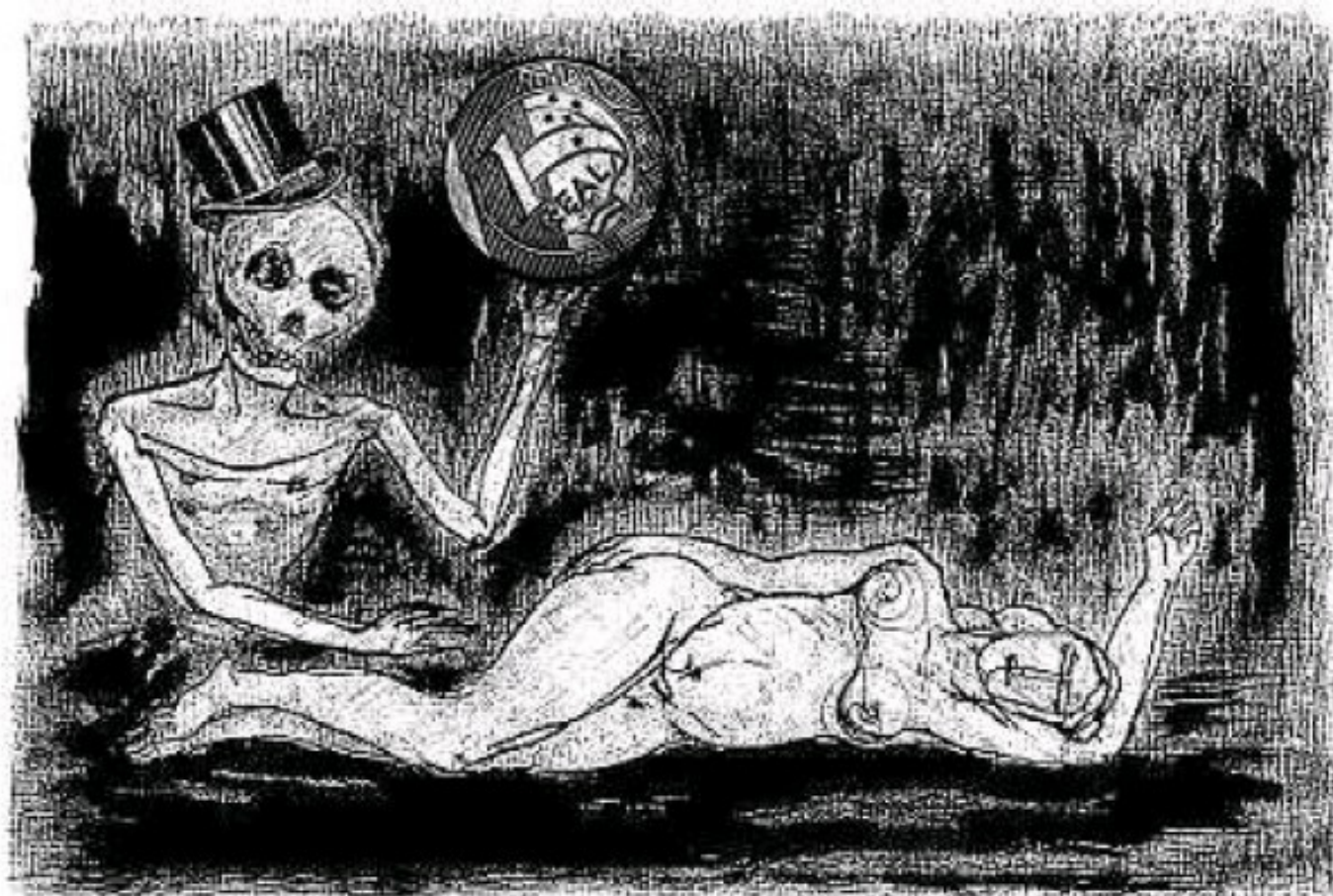
[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

14 mar 2017 | O Globo

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA E DIOGO CASTOR DE MATTOS Carlos Fernando dos Santos Lima e Diogo Castor de Mattos são procuradores da República

Ouçam as vozes de Bucareste

Em fevereiro, em uma reunião noturna e sigilosa do recém-empossado gabinete social-democrata, o governo romeno editou decreto que anistiava pessoas investigadas, processadas ou condenadas por corrupção, dentre as quais o ex-presidente do partido que chegava ao poder. Diante disso, em protesto contra essa desfaçatez, 600 mil romenos tomaram as ruas das maiores cidades do país durante dias. Os slogans nas ruas de Bucareste eram "A corrupção mata", e "Eles não nos representam". No Brasil, o mesmo aconteceu no ano passado. Inicialmente, editou-se a lei de repatriamento de ativos, que institucionalizou a lavagem de dinheiro dos crimes fiscais, a qual se pensa atualmente em ampliar para contemplar inclusive parentes de políticos que mantêm recursos ocultos no exterior. Depois, em votações noturnas, a Câmara dos Deputados, após retaliar a iniciativa popular das "10 Medidas contra a Corrupção", tentou aprovar projeto de lei que concedia anistia aos crimes de corrupção cujo pagamento tivesse sido realizado por meio de caixa 2.



ALVIM

Parece, assim, que a classe política se repete pelo mundo subdesenvolvido em suas vis manobras para salvar a própria pele. Em ambos os países, seu único medo é a reação popular. Diante das maiores manifestações da história da Romênia, o decreto de anistia foi retirado. Aqui, após forte reação da imprensa e da população, a autoanistia não seguiu adiante no Congresso Nacional.

Agora, novamente ensandecidos diante das iminentes revelações decorrentes dos acordos da Odebrecht, bem como da recente decisão do STF considerando o pagamento da propina por meio de doações oficiais como crime de lavagem de dinheiro, ouvem-se as vozes de congressistas propondo novamente uma autoanistia da corrupção que lhes foi paga por caixa dois ou doações oficiais.

Como justificativa, falam que é preciso salvar a política ou simplesmente tentam justificar na diferenciação entre valores pagos para campanhas, por eles considerados legítimos, daqueles que apenas serviram para o enriquecimento pessoal, estes sim criminosos.

Mas no fim, a verdade é simples: diante da iminente revelação pública desses crimes, muitos simplesmente esqueceram o medo da reação popular na esperança de salvarem ao menos sua própria liberdade. Enfim, a

necessidade de salvação entrou por uma porta e os últimos vestígios de vergonha saíram por outra.

Só nos resta, como cidadãos, lutar. Devemos lutar para salvar a política da atual classe política que a mantém refém. Sem esse combate, a verdadeira política, aquela que busca a composição dos diversos interesses nacionais em torno do bem comum, estará sempre subjugada por aqueles que se apropriam do Estado para seu enriquecimento pessoal e para a manutenção pura e simples do poder.

Não se trata simplesmente de um apoio às investigações de corrupção que se esparramarão por todo o país, cumprindo a sina da Lava-Jato de se tornar um movimento nacional, e não apenas uma investigação em Curitiba, mas de defender o próprio estado democrático de direito contra as investidas daqueles que, pegos em pleno adultério, pretendem que nós, vítimas, apenas vendamos o sofá onde o intercurso se dava, esquecendo o que aconteceu.

Por fim, se, depois de toda a resistência, essa anistia passar, por justiça o deputado Rodrigo Maia deveria desistir de sua absurda ideia de acabar com a Justiça do Trabalho. Afinal, será menos polêmico extinguir a Justiça Eleitoral, pois transformá-la pura e simplesmente numa instância legalizadora da corrupção será a desonra final da Justiça brasileira.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)